ISSN: 2358-8829

A COORDENADORIA DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, FORMAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE MACAÉ/RJ

Maurilea Rodrigues [1]
Fernanda Pereira da Costa [2]
Débora Teixeira Cardoso [3]

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação pública de qualidade social pressupõe o compromisso permanente com a democratização das relações institucionais, a valorização dos profissionais da educação e a organização de práticas pedagógicas comprometidas com o direito de aprender. Nesse contexto, a gestão educacional não se restringe a procedimentos administrativos: envolve decisões coletivas, planejamento, acompanhamento, avaliação e participação dos sujeitos da comunidade escolar.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, inciso VI, estabelece a gestão democrática do ensino público como princípio educacional, reafirmado pela Lei nº 9.394/1996, em seu art. 3º, inciso VIII. A efetivação desse princípio, contudo, requer mecanismos institucionais que viabilizem a participação dos profissionais da educação nos processos de organização e decisão.

Na Rede Municipal de Ensino de Macaé/RJ, os Professores Orientadores Pedagógicos atuam na articulação entre currículo, planejamento, práticas docentes, avaliação e acompanhamento das aprendizagens. Sua atuação também envolve mediação e reflexão coletiva sobre a prática educativa que, em Freire (1996), leva a reflexão crítica sobre a prática e o diálogo que constituem referências para compreender a dimensão formativa deste trabalho.

[1] Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Macaé/RJ, Mestra em Gestão e Estratégia - UFRRJ, maurilearodrigues@gmail.com;
[2] Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Macaé/RJ, Mestra em Educação - UFF/RJ, fpdacosta@gmail.com;
[3] Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Macaé/RJ, Graduada em Pedagogia - UERJ, deboraebarbara@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, a experiência de Macaé/RJ permite examinar uma dimensão particular da gestão democrática: a construção histórica de uma representação dos orientadores pedagógicos escolhida pelos próprios profissionais e articulada à estrutura da Secretaria Municipal de Educação. Trata-se de uma trajetória não linear, atravessada por expansão da rede, conflitos institucionais, mobilização coletiva e reorganização do trabalho.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a trajetória de organização da Coordenadoria da Orientação Pedagógica de Macaé/RJ, com foco nos processos de representação profissional e em suas possíveis contribuições à gestão democrática. Especificamente, busca-se reconstruir marcos históricos de sua formação; interpretar os mecanismos de participação adotados e discutir potencialidades e desafios da coordenação para formação continuada, acompanhamento curricular e equidade educacional. A questão orientadora é: de que maneira a construção de instâncias de representação dos orientadores pedagógicos pode fortalecer o diálogo institucional e a organização do trabalho pedagógico?

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo. O objeto é o percurso de organização e representação dos Professores Orientadores Pedagógicos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Macaé/RJ. A análise se apoia nas informações históricas - registradas e narradas - levantadas ao longo da pesquisa e na interpretação dessas experiências à luz da literatura de gestão e formação pedagógica.

A narrativa organiza-se em marcos temporais: i) coordenações inicialmente indicadas; ii) início dos processos de escolha direta em 2017; iii) organização colegiada durante a pandemia; iv) retomada da coordenação eleita em 2022 e sua ampliação em 2026. O levantamento de atas, portarias, registros de eleição, entrevistas ou outros indicadores ajudam a construir marcos que são apresentados ao longo do texto. Assim, o presente artigo não pretende estabelecer relações causais entre a organização da Coordenadoria e resultados de aprendizagem, mas sim, a construção de uma representação democrática e legítima de um grupo e seu trabalho institucional buscando ampliar conceitos como espaços de acolhimento, formação continuada e gestão democrática.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Freire (1996) compreende a educação como prática que demanda reflexão crítica, respeito aos sujeitos e abertura ao diálogo. Essa perspectiva ajuda a interpretar a orientação pedagógica como mediação formativa, e não apenas como fiscalização de procedimentos. Paro (1997) problematiza a gestão democrática da escola pública, enfatizando a participação nas relações de poder e nos processos de decisão; sua contribuição permite examinar a legitimidade de instâncias representativas.

Libâneo (2013) oferece elementos para compreender a organização e a gestão escolar em articulação com as finalidades pedagógicas, o planejamento e o trabalho coletivo. Lück (2009), por sua vez, aborda competências e dimensões da gestão escolar, contribuindo para a reflexão sobre liderança, articulação institucional e desenvolvimento profissional. Esses referenciais são empregados como lentes interpretativas, sem atribuir aos autores avaliações específicas sobre a experiência de Macaé, mas ajudando a compreender como vem ocorrendo a construção do processo de gestão democrática de um grupo que atua dentro da escola pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro marco da experiência relatada é a passagem de formas de coordenação definidas por indicação institucional para processos de escolha direta pelos profissionais, iniciados em 2017. A mudança descrita sugere o reconhecimento da representação profissional como componente relevante da organização pedagógica. À luz de Paro (1997), a possibilidade de participação nas decisões merece atenção não apenas pelo procedimento de escolha, mas também pelas condições de escuta e atuação coletiva.

O segundo marco é a constituição de um colegiado representativo durante a pandemia de COVID-19. O texto-base não especifica sua composição, periodicidade de reuniões ou atribuições formais, mas, ainda assim, o registro da experiência indica a busca de uma forma coletiva de interlocução em período de reorganização do trabalho educacional. Na perspectiva de Freire (1996), a escuta e o diálogo podem orientar processos de formação e de construção compartilhada de respostas institucionais.

O terceiro momento é a retomada da coordenação eleita em 2022. Em 2026, o relato registra sua ampliação mediante ao ingresso de novos profissionais na rede municipal. A ampliação da representação pode ser analisada como resposta organizacional a novas demandas de acompanhamento, comunicação e formação. Sob o enfoque de Libâneo (2013) e Lück

(2009), a coordenação pedagógica requer articulação entre planejamento, relações profissionais e finalidades educacionais.

Do conjunto dos marcos descritos, destacam-se três dimensões analíticas: i) representatividade, por meio da escolha de interlocutores; ii) diálogo institucional, mediante a aproximação entre orientadores e gestão, e; iii) formação continuada, compreendida como processo de circulação e reflexão sobre saberes profissionais. Essas dimensões representam possibilidades e sentidos atribuídos à experiência, e não resultados quantitativos comprovados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória relatada da Coordenadoria da Orientação Pedagógica de Macaé/RJ revela movimentos de reorganização da representação profissional, especialmente a partir da escolha direta iniciada em 2017, da experiência colegiada durante a pandemia, da retomada eleitoral em 2022 e da ampliação da coordenação em 2026. O relato contribui para a reflexão sobre a gestão democrática como prática construída por mecanismos de participação, interlocução e reconhecimento do trabalho pedagógico.

No campo da prática pedagógica, a Coordenadoria, através das discussões coletivas, é possível organizar uma agenda em torno de cinco frentes articuladas: a) acolhimento e mentoria de novos orientadores; b) formação em serviço orientada por problemas reais; c) acompanhamento do planejamento e da avaliação; d) articulação de estratégias para inclusão e equidade, e; e) produção de registros e devolutivas para apoiar decisões coletivas.

No entanto, a principal contribuição está em sistematizar uma experiência institucional que pode inspirar o debate em outras redes públicas, sem pressupor que o modelo, por si só, produza melhorias mensuráveis na aprendizagem.

Palavras-chave: Orientação Pedagógica, Gestão democrática, Escola Pública, Participação coletiva, Representatividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

ISSN: 2358-8829

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.